

As bibliotecas universitárias portuguesas e a formação do utilizador aluno

Crónica de uma experiência

ARMINDO RODRIGUES CARDOSO *

RESUMO

Dá-se conta do sub-aproveitamento das fontes de documentação e informação disponíveis, por parte dos alunos das universidades portuguesas.

Realça-se a necessidade de os bibliotecários e documentalistas portugueses assumirem a vertente pedagógica da sua profissão, tendo em vista uma correcta formação do utilizador.

Descreve-se a experiência vivida pelo autor na Universidade do Minho, através da leccionação do curso semestral «Noções de Informação Científica e Técnica».

ABSTRACT

In Portugal, at university libraries, the information available tend to be under-used by the students. To improve this situation the University librarians must concentrate efforts for training and educating the University students in documentation and information use.

This paper describes the experience lived by the author through the lecturing of a semester course on «Notions of Technical and Scientific Information».

* Director dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.

1 — A NECESSIDADE DE FORMAR O UTILIZADOR — ALUNO

As bibliotecas universitárias portuguesas, analisadas numa perspectiva dinâmica, ultrapassaram, decididamente, no último decénio, a barreira da mediocridade.

O bibliotecário português fez muito! Sem olhar às péssimas condições sócio-económicas e profissionais em que decorreu o seu labor, auto-criticou-se, reformulou as suas técnicas de trabalho, tornou-se permeável à inovação, extroverteu-se, abriu as portas da biblioteca, iluminou o rosto com um sorriso e chamou o leitor.

Mas será que o leitor veio?

Segundo um estudo estatístico, em boa hora levado a cabo pelo grupo de trabalho para a Informação Científica e Técnica, da Ordem dos Engenheiros¹, os bibliotecários universitários portugueses ficaram a saber que nas escolas de engenharia do país, não obstante o seu esforço, 44 % dos alunos raramente vão à biblioteca da escola e que 42 % nunca consultou uma revista; que é apenas 16 % a percentagem de alunos que consulta ficheiros e que 99 % dos mesmos não foi capaz de dar um exemplo de uma revista de resumos; que 82 % nunca consultou uma patente e que 74 % desconhece como elaborar uma pesquisa bibliográfica, etc.

Seria consolador pensar que este quadro negro de percentagens não é aplicável às restantes escolas superiores do país. No entanto, motivos bem sérios que se prendem com a formação dos docentes nos vários domínios da engenharia, com os conteúdos programáticos dos cursos e com a futura profissão dos alunos, não permitem a conclusão de que o conhecimento e utilização, nas escolas de engenharia, das fontes de informação disponíveis, seja inferior ao das restantes escolas superiores.

Importa reconhecer que «enquanto a biblioteca é o centro de pesquisa e o suporte fundamental do ensino e da aprendizagem nas universidades dos países desenvolvidos»² em Portugal a biblioteca e o bibliotecário desempenham papéis meramente secundários no processo educativo.

De quem é a culpa, afinal? Do sistema educativo? Do bibliotecário? De ambos?

Cómodo seria para o bibliotecário português meter a cabeça na areia movediça da irresponsabilidade e apontar o sistema educativo como bode expiatório da situação que, por detrás de uma pseudo-inovação pedagógica, continua a patrocinar o manual e a sebenta do curso, que amor-

¹ AZEVEDO, Manuela e outros — A informação científica e técnica nas escolas de engenharia portuguesas, in «Informação no Ensino da Engenharia», Lisboa, I.S.T., 1984, p. 1-10.

² MIRANDA, António — Estruturas de informação e análise conjuntural: ensaios, Brasília, Thesaurus, 1980, p. 51.

tece no aluno a necessidade da pesquisa pessoal da documentação e informação.

Cómodo e irrealista também, não admitir que a maior parte das salas de leitura das bibliotecas universitárias portuguesas estão reduzidas à mera condição de simples salões de estudo, frequentados por alunos que se limitam a ler a sebenta, o manual ou os apontamentos e que acabam o curso universitário sem saber elaborar um trabalho científico, fazer uma referência bibliográfica ou consultar fontes secundárias de informação.

Se a «biblioteca e universidade são fenómenos indissociáveis, vasos comunicantes, causa e efeito»³ então, muito provavelmente as universidades portuguesas têm as bibliotecas que merecem.

Tais argumentos não podem, no entanto, ser fermento de passividade para os bibliotecários portugueses. Eles são uma profissão em busca de identidade. Fracos serão se, para contento de alguns, se limitarem ao simples papel de compradores de livros e redactores de fichas que aguardam passivos a chegada de meia dúzia de leitores — alguns sem convicção — que vão à biblioteca para dar uma palmadinha nas costas do simpático bibliotecário.

O bibliotecário não é um técnico administrativo. A própria lei que regulamenta a sua carreira — Decreto-Lei 280/79, de 10 de Agosto de 1979 —, atendendo à especificidade da sua missão social, coloca-o numa situação diferente da de outros técnicos portugueses. A matéria-prima com que trabalha — a documentação e informação científica e seus utilizadores — garante-lhe uma vertente pedagógica que de modo algum pode ignorar.

Neste processo indesejado de sub-utilização dos recursos bibliográficos que, com tanto custo para o erário público, são colocados ao dispor da comunidade universitária, uma culpa importante pode ser imputada ao bibliotecário português: a de não assumir com frontalidade e dinamismo a sua vocação pedagógica.

Se repugna a ideia do professor-bibliotecário não se pode, de forma nenhuma, excluir a hipótese do bibliotecário-professor, com uma missão bem específica no ambiente pluridisciplinar da universidade.

Importa que o bibliotecário faça sentir a força da sua missão pedagógica não só no contexto da biblioteca, mantendo bem viva a ideia de que toda a inovação pedagógica passa necessariamente por um centro de documentação e informação eficaz, mas também, galgando as paredes da biblioteca, no contexto geral da instituição universitária, aparecendo como indispensável mediador entre a informação e o utilizador, propondo aquisições, dialogando com docentes e discentes, iniciando estes nos métodos de pesquisa documental e desenvolvendo-lhes o espírito crítico e a necessidade da auto-formação.

³ id.

A sombra da crise económica nacional atinge de uma forma premente os orçamentos das bibliotecas e serviços de documentação universitários. Não há dinheiro; os meios de que as bibliotecas dispõem são cada vez mais escassos; é impossível o recurso às novas tecnologias que venham modificar o «modus faciendi» do bibliotecário português que, impotente, vê rejeitados muitos dos serviços que oferece.

Não vale cruzar os braços. Que a consciência da crise espreite a imaginação. Se Portugal é um país onde é mais difícil contratar um funcionário destinado à difusão da informação do que conseguir uma verba para livros destinados à prateleira do esquecimento; se as bibliotecas universitárias se estão a transformar em armazéns de livros que poucos lêem; se os seus bibliotecários começam a sentir uma sensação de inutilidade porque oferecem serviços que ninguém consome, então os bibliotecários das universidades portuguesas têm um caminho a seguir: vencer o seu histórico complexo de inferioridade e reivindicar junto dos órgãos de governo da universidade a sua vertente pedagógica, organizando cursos de formação de utilizadores e assumindo a leccionação de cadeiras sobre documentação e informação.

2 — NOÇÕES DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA UM CURSO SEMESTRAL PARA ALUNOS DE ENGENHARIA

2.1 — A génese do curso

À semelhança do que acontece em outras universidades portuguesas, também na Universidade do Minho são evidentes os sinais que denunciam o deficiente aproveitamento dos recursos existentes nos domínios da documentação e informação científica e técnica, sobretudo por parte do leitor aluno. O movimento de leitores é manifestamente superior ao movimento de publicações na estante; os manuais são exageradamente utilizados em prejuízo de outras bibliografias subsidiárias; as publicações periódicas têm uma utilização reduzida e os catálogos bibliográficos são pouco utilizados.

Tal situação deve-se, por um lado, à vivência pedagógica da universidade que parece canalizar totalmente a atenção dos alunos para a fixação de verdades feitas que dispensam a pesquisa bibliográfica pessoal; e, por outro, a circunstâncias diversas (dispersão de instalações, falta de pessoal, escassez de meios técnicos, etc.) que têm obrigado os Serviços de Documentação a canalizar totalmente as suas potencialidades para a execução de técnicas relacionadas com o circuito do livro, esquecendo, muitas vezes, a razão de ser da sua existência profissional — o leitor.

A consciência desta realidade obrigou os Serviços de Documentação da Universidade do Minho a assumir uma política de gestão funcional mais pragmática que pode ser concretizada em três pontos fundamentais.

— Maior intervenção no processo de selecção e aquisição de publicações, tendo em vista a construção de um fundo documental cada vez mais ajustado ao perfil de necessidades dos utilizadores;

— Eliminação de todos os produtos oferecidos com fraca taxa de utilização e introdução de outros tendentes a fomentar a pesquisa bibliográfica temática e a utilização de publicações periódicas;

— Desenvolvimento de uma campanha mais agressiva de utilizadores.

Tal política, apoiada por uma invulgar abertura de espírito dos órgãos do governo da Universidade do Minho face à problemática da documentação e informação, terá gerado a ideia do curso «Noções de Informação Científica e Técnica», como opcional cultural para os alunos de engenharia.

O curso teve a sua primeira edição em 1980/81, repetida em 1981/82. A sua leccionação foi fundamentalmente garantida por quatro engenheiras químicas, incondicionalmente apoiadas pelos Serviços de Documentação da Universidade do Minho.

Dificuldades de ordem orçamental impossibilitaram a leccionação do curso nos anos académicos de 1982/83 e 1983/84.

Em 1984/85, os Serviços de Documentação, cada vez mais conscientes da existência de alunos que chegam ao fim dos seus cursos completamente alheios às mais elementares técnicas de pesquisa bibliográfica, alunos que não sabem tirar partido dos instrumentos de pesquisa que lhes são oferecidos, que ignoram a existência de documentação secundária e não conhecem minimamente as normas para a elaboração de um trabalho científico, declararam-se disponíveis para assumir totalmente a leccionação do curso, devendo apenas contar com a colaboração da Eng.^a Manuela Azevedo, da Petrogal, para garantir a leccionação da rubrica «Informática Documental» e rentabilizar a utilização dos terminais durante duas sessões práticas de pesquisa bibliográfica em linha.

Foi assim que, no 2.º semestre de 1984/85, os Serviços de Documentação reiniciaram essa experiência profissionalmente fecunda e compensadora, animados pela ideia de que vale sempre a pena apostar na juventude.

2.2 — O programa

O conteúdo programático do curso para 1984/85 é substancialmente mais abrangente e ambicioso do que aquele que foi seguido em 1980/81 e 1981/82. Tal facto não se deve a qualquer tipo de discordância relativamente à primeira versão do programa, mas obedece, tão-somente, à introdução de novos objectivos a atingir, que podem, grosso modo, ser descritos da seguinte forma:

— Criar o hábito e a necessidade de utilizar a documentação e a informação científica e técnica, dentro e fora da universidade, única via possível de acompanhar minimamente a actual evolução da ciência e da tecnologia;

— Transmitir a técnica da redacção e interpretação das várias modalidades de referências bibliográficas normalizadas, apresentando-as como formas de armazenagem da informação, destinadas a simplificar a pesquisa bibliográfica;

— Apontar as várias fontes de informação científica e técnica utilizáveis para cada situação;

— Ensinar a técnica da manipulação da informação científica e técnica conseguida, de forma a possibilitar a elaboração de trabalhos científicos, de acordo com a normalização em vigor.

— Motivar a organização da documentação pessoal, dentro dos condicionamentos que a cada um são impostos, tendo em vista a optimização dos recursos documentais particulares.

Para atingir tais objectivos o desenvolvimento programático do curso, obedeceu ao seguinte esquema:

1 — Princípios de pesquisa documental

1.1 — O valor da documentação e informação científica e técnica

1.2 — Fontes de informação

1.3 — A explosão da documentação e dos meios de comunicação da informação

1.4 — Bibliotecas e Centros de Documentação

1.5 — Sessão especial «Bibliotecas e Leitura Pública»

2 — A Referência Bibliográfica (RB)

2.1 — Normalização e RB

2.2 — A RB em revistas secundárias

2.3 — A RB em ficheiro pessoal

2.4 — A RB em ficheiro de biblioteca

3 — Fontes de informação imprensa (FI)

3.1 — Fontes secundárias de informação: revistas sinaléticas e analíticas

3.2 — FI sobre periódicos

3.3 — FI sobre monografias em geral, teses, normas e patentes

3.4 — FI sobre congressos e outras reuniões científicas

4 — Informática documental

4.1 — Noções gerais de informática documental

4.2 — Bases e bancos de dados

4.3 — A informação em linha

4.4 — A informatização da documentação pessoal

4.5 — Sessões práticas

- 5 — A elaboração de um trabalho científico
 - 5.1 — Noções preliminares
 - 5.2 — Escolha do assunto
 - 5.3 — Heurística
 - 5.4 — Apontamentos e ordenação documental
 - 5.5 — Redacção e apresentação
 - 5.6 — Publicação
- 6 — A organização da documentação pessoal

2.3 — Leccionação e resultados obtidos

De acordo com as normas em vigor os alunos dos cursos de engenharia da Universidade do Minho devem fazer, no decorrer do curso, três opcionais culturais, destinadas a completar a sua formação de futuros engenheiros, introduzindo-os em temáticas que só subsidiariamente lhes dizem respeito: aprendizagem de línguas (sobretudo inglês técnico), psicologia, política, direito, filosofia e cultura, comunicação e informação, economia e gestão, história, antropologia e sociologia, etc.

A universidade, por sua vez, deverá, semestralmente, proporcionar aos alunos um elenco de disciplinas úteis e motivadoras, que lhes permitam escolher as opcionais culturais que frequentarão a título voluntário.

No entanto, à volta das opcionais culturais geram-se vários problemas: O Conselho Pedagógico dos Cursos de Engenharia vê-se em palpos de aranha para conseguir (e muitas vezes não consegue) um elenco de opcionais culturais que permita aos alunos uma escolha livre e consciente; alguns professores não gostam de assumir a leccionação de tais cadeiras em virtude das circunstâncias muito especiais que as rodeiam (diversidade cultural dos alunos, vários níveis de conhecimento, avaliações especiais, horários pouco compatíveis, etc.); os alunos, por seu lado, assoberbados com cadeiras fundamentais, lamentam-se das coincidências de horários que não lhes permitem fazer as opcionais de que gostam, e da obrigatoriedade de fazerem opcionais culturais que detestam.

Foi com este ambiente de fundo, com uma carga horária semanal de duas horas (Segundas-feiras, das 14.30 às 16.30 horas) e 79 alunos inscritos, que se iniciou a leccionação do curso «Noções de Informação Científica e Técnica».

As aulas tiveram sempre um carácter alegre, ligeiro, dialogante e activo, numa completa subordinação da teoria à prática.

A mensagem oral foi, quase sempre, enriquecida com suportes visuais e materiais diversos: transparências, diapositivos, terminais de computador, microformas e muitas publicações (livros, revistas sinaléticas e analíticas, catálogos de editores e bibliotecas, obras de referências, etc.).

A linguagem despiu-se da opacidade de termo técnico e assumiu a lhanza de quem ensina a utilizar uma ferramenta — a documentação e

informação essa formidável riqueza que muitas vezes ignoramos, desperdiçamos ou maltratamos porque nos é oferecida com relativa abundância e a baixo custo.

Um bom grupo de alunos, várias vezes e de diversas formas, testemunhou o seu interesse pelas várias rubricas que foram apresentadas. No entanto, importa salientar que o elevado número de participantes dificultou, de vez em quando, de uma forma manifesta a capacidade de participação da turma. Tal facto apontou para a necessidade de reduzir o número de inscrições para 30/35 alunos, no próximo ano académico.

CONCLUSÃO

Os alunos das universidades portuguesas não utilizam, como seria desejável, os recursos bibliográficos que a sociedade coloca ao seu dispor. Tal situação deve-se, em grande parte, à pedagogia seguidista e hierarquizada que ainda se aplica em algumas escolas superiores, facto que amortece no aluno a necessidade da pesquisa pessoal e da auto-formação, canalizando as suas energias para a memorização de manuais, sebentas e apontamentos ditados pelos professores.

Remando contra a corrente, importa que os bibliotecários e documentalistas portugueses assumam inequivocamente a vertente pedagógica da sua profissão. Para atingir tal objectivo deverão aparecer no contexto das escolas superiores em que se inserem como legítimos mediadores entre o documento e o utilizador:

— Intervindo directamente nos processos de selecção a aquisição de documentos, tendo em vista a construção de fundos documentais perfeitamente compatíveis com o perfil de interesses dos utentes;

Desenvolvendo uma campanha mais agressiva de utilizador — aluno, idealmente corporizada na inserção de uma cadeira sobre documentação e informação científica e técnica nos currículos das universidades.

3 — BIBLIOGRAFIA

- BRUGGHEN, W. Van der — Cours d'introduction a la documentation: aide-mémoire synoptique, La Haye, Federation Internationale de Documentation, 1972.
- CAMPBELL, D. J. — Les petits bibliothèques techniques: guide pour les bibliothécaires n'ayant pas de formation technique, Paris, Unesco, 1972.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. — Metodologia científica para uso dos estudantes universitários, S. Paulo, Editora McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- GOMES, Prudenci — Guia para la redacción y presentación de trabajos científicos, informes técnicos y tesinas, Barcelona, Oikos-Tau, 1971.
- CHAUMIER, Jacques — Travail et méthodes du/de la documentaliste, Paris, Editions ESF, 1980.
- DAY, Robert A. — How to write and publish a scientific paper, Philadelphia, ISI Press, 1979.
- DESVALS, Hélène — Comment organiser sa documentation scientifique, 2^e ed., rev. et augmentée, Paris, Gauthier-Villars, 1978.
- EFFECTIVE COMMUNICATION FOR ENGINEERS, New York, McGraw-Hill Publications, 1974.
- EVANS, A. J.; RHODES, R. G.; KEENAN'S — Formation des utilisateurs de l'information scientifique et technique: Guide de l'UNISIST pour les enseignants, Paris, UNESCO, 1977.
- FOSKETT, A. C. — A abordagem temática da informação, trad. António Agenor Briquet de Lemos, São Paulo, Editora Polígono, 1973.
- FRAGATA, Júlio — Noções de metodologia para a elaboração de um trabalho científico, 3.^a ed., Porto, Livraria Tavares Martins, 1980.
- GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel — Introduction générale aux sciences et techniques de l'information et de la documentation, Paris, Les Presses de l'Unesco, 1981.
- SABOR, Josefa E. — Méthodes d'enseignement de la bibliothéconomie, Paris, UNESCO, 1969.
- STIBIC, V. — Personal documentation for professionals: means and methods, Amsterdam, North-Holland, 1981.
- TORRES, Adelino — O método no estudo, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- LOPEZ YEPES, José — Teoría de la documentación, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1978.